

Investigação transformativa e apreciativa em Psicologia Positiva: um elogio à subjectividade na contemporaneidade

Transformative and Appreciative Research in Positive Psychology: a tribute to subjectivity in the present era

Helena Àgueda Marujo, Luis Miguel Neto

Resumo

A investigação em psicologia tem sido pouco sensível a questões de justiça social, e direitos humanos. Também não se tem preocupado com o rigor das palavras – mas sim com o dos números – nem com o impacto produzido nos participantes dos estudos, à excepção da atenção vital aos aspectos éticos. Em simultâneo, tem buscado tão intensamente uma abordagem à objectividade, que ainda que os estudos qualitativos se centrem no respeito pela subjectividade, estão em minoria nas publicações científicas e são menos reconhecidos pela comunidade científica. Por isso, este texto defende uma perspectiva transformadora e apreciativa à investigação, servindo-se da psicologia positiva para exemplificar a relevância atribuída neste momento a uma reflexão crítica e alternativa sobre os modelos de investigação, enfatizando neles o valor da subjectividade, da fenomenologia sistemática e da necessidade de processos de pesquisa com maior consciência e mais intervenção sobre a condição social e psicológica do Ser Humano.

Palavras-chave

Investigação Transformativa; subjectividade; psicologia positiva.

Abstract

Psychological research has not been particularly sensitive to issues of social justice and human rights. Also, it has not been interested in the rigor of words – but on the numbers – and the impact produced upon the research participants, apart from the vital attention to ethical issues. Concurrently, it has moved mainly towards aims such as objectivity, and although investing in qualitative studies, which are keen to subjectivity, they are less frequent, implicitly considered minor, and with less

Helena Àgueda Marujo

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal).

Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Membro do *Board of Directors da International Positive Psychology Association*. Representante Português na Rede Ibero-Americana de Psicologia Positiva. Presidente da Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva. Membro da Comissão Científica do Instituto da Felicidade.

hmarujo@iscsp.utl.pt

Luis Miguel Neto

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal).

Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Membro do Board of Directors da International Positive Psychology Association. Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva. Membro da Comissão Científica do Instituto da Felicidade.

netoebom@gmail.com

recognition from the scientific community. For these reasons, the present chapter addresses a transformative and appreciative perspective towards research, using positive psychology to exemplify the contemporary relevance attributed to a deep critical consideration upon research models and alternative views. It defends the value of subjectivity and systematic phenomenology, while emphasizing the role of research as intervention, and its function on the enhancement of the consciousness regarding social and psychological conditions of being human.

Keywords

Transformative Research; Subjectivity; Positive Psychology.

Introdução

“(…) Procura afirmar a unicidade do sujeito humano, porque é precisamente a subjectividade que está em causa nas políticas do bem-estar humano”.

(TOLMAN, 1994, p. viii)

Este artigo apresenta uma proposta de investigação em psicologia que expande, aprofunda e exemplifica a aplicação ao domínio da psicologia positiva do riquíssimo e recente paradigma transformativo de Mertens (1998, 2005, 2009). O paradigma transformativo caracteriza-se por se preocupar com a promoção da justiça social, os direitos humanos e a melhoria da vida das pessoas e das sociedades, através dos atos associados ao gerar e usar do conhecimento, atendendo em particular à filosofia e à prática da pesquisa e avaliação de programas. Por seu lado, a psicologia positiva tem-se preocupado com a felicidade e o florescimento dos indivíduos, estando neste momento num ponto de viragem, ao começar a considerar com seriedade e urgência a sua utilidade enquanto instrumento de mudança social (BISWAS-DIENER; LINLEY; GOVINDJI; WOOLSTON, 2011).

Ainda que o paradigma transformativo aplicado à investigação e avaliação de programas já seja em si mesmo caracterizado por um elevado grau de integração e complexidade teórica, ao partilhar muito da sua visão com os paradigmas construtivista, pragmático, participativo e crítico, a proposta teórico-metodológica do presente trabalho, alicerçada no referido modelo, tal como descrito por Mertens (2009) inclui o seu alargamento tendo em conta quatro temáticas centrais:

1. a incorporação de um foco determinado, claro e alargado em redor do estudo do melhor da experiência humana e do funcionamento ótimo, mesmo perante as piores circunstâncias;
2. um profundo respeito pela experiência subjetiva de todos os participantes nos estudos, aquilo a que Csikszentmihalyi (1991) chama “fenomenologia sistemática”;
3. a atenção à linguagem como instrumento de intervenção e transformação, contextualizada nos sistemas sociais e culturais envolventes, perspectiva esta apoiada nos paradigmas da filosofia da linguagem (WITTGENSTEIN, 1953), do construcionismo social (GERGEN, 1985, 1994); e
4. a utilização dos momentos e processos da investigação em psicologia, em especial na psicologia positiva, como conducentes a uma experiência de elevação humana e de *flow*.

Assim, delinea-se um conjunto processual para a investigação que a define como transformativa, sublinhando toda a fertilidade do modelo de Mertens, e a ela se junta o aprofundamento em redor de uma matriz que torne a pesquisa apreciativa, fenomenológica, e dialógica-conversacional, suportando-se na visão de que inquirir é já intervir, e de que a linguagem é considerada o instrumento transformador por excelência (COOPERRIDER; WHITNEY, 2005; MARUJO; NETO, 2007; MARUJO; NETO; CAETANO; RIVERO, 2007; NETO; MARUJO, 2011; REED, 2007). Ainda, a intenção é a de levar a reflectir sobre os momentos e procedimentos daquilo a que convencionámos chamar “recolha e análise de dados” e examinar como podem ser e, a nosso ver, devem ser, não só um processo transformativo e interventivo para pessoas e grupos, como em si mesmo uma experiência ótima para todos os participantes e audiência, abrindo espaços de reflexão e conscientização libertadores, inspiradores e optimizadores de forças (FREIRE, 1970), bem como de experiências emocionais positivas (FREDRICKSON, 2001, 2006, 2009).

O processo de “consciência partilhada” (GERGEN, 1985) aqui apresentado – preferimos chamar-lhe assim a designar por modelo o que aqui se descreve – propõe portanto a complementarização do paradigma transformador, o qual é em si mesmo já um suplemento e uma abordagem crítica face ao paradigma de investigação tradicional mais comum em psicologia. Acreditamos que este último, caracterizado por ser maioritariamente objectivo, positivista, quantitativo, individualista, fundamental, descritivo, de curto-prazo, pobremente sensível do ponto de vista cultural e étnico, pouco aberto ao estudo de sistemas e modos de construção do conhecimento minoritários, com escassas preocupações sociais ou transformadoras, e “renunciando ao estudo directo do comportamento em contextos de vida real” (INGHILLERI, 1999, p. 3) pode e deve ser emparelhado, na ciência socialmente mais reflectida deste início de século, com outras e mais abrangentes visões.

Para ultrapassar o perigo epistemológico do reducionismo, propomos que essa complementaridade na forma de investigar se sustente num conjunto de valores e direitos mais respeitadores da experiência de humanidade, mais positivos, e com linguagens co-construídas e práticas metodológicas que a vitalizem.

Defendemos ainda que a investigação, mais do que um meio para atingir um fim – o da recolha de dados ou mesmo da promoção da justiça social – deve ser também reconhecido como um “encontro com o Outro” (KAPUSCINSKI, 2005), e por isso uma experiência de transformação em si mesma. Esta tomada de posição acorda o reconhecimento de uma ciência que não é apenas descritiva, externa e observadora distanciada dos fenómenos humanos, mas que neles se implica, intencionalmente.

Num século em que se busca a “construção de bens relacionais” em alternativa à materialidade e ao distanciamento inter-subjectivo hoje tão presentes (BRUNI, 2010) – entendendo-se estes dois últimos enquanto processos sociais que se cruzam com o conceito de objectividade – decidir apreender o comportamento humano, estudado pela ciência psicológica, como um fenómeno em evolução, e não meramente homeostático e mecanicista, reconhecedor da acção do *self* na relação com os contextos exteriores, nomeadamente com os grupos (INGHILLERI, 1999), dá visibilidade a perspectivas a precisarem de maior ventilação nas actuais publicações científicas. Subjacente, está uma clara tomada de posição valorativa na forma de entender os seres humanos e a psicologia.

A discussão em redor dos valores, crenças e visões do mundo inerentes aos investigadores e à investigação na ciência psicológica, é simultaneamente antiga e frugal. Os exemplos, discutindo abertamente estas questões da implicação e do quadro valorativo de quem investiga – exemplos esses preocupados com uma psicologia baseada numa cultura de serviço, de equidade, de utilidade, de reciprocidade, de pragmatismo e de reflexão cuidada sobre as escolhas dos pesquisadores – não abundam.

Nelson e Prilllentelsky (2005), na sua defesa por uma psicologia mobilizada pelos valores, e por uma perspectiva comunitária e conducente a maior justiça social, cruzam-se com a visão prismática de Mertens (2009) e de Guba e Lincoln (2005), que advogam estes mesmos valores de atenção à agenda social e ao colectivo, agora no contexto da investigação e da avaliação de programas. Este último autor releva na investigação os valores da autenticidade, posicionamento epistemológico, atenção a todas as vozes, reflexividade crítica, reciprocidade, e partilha dos ganhos com a investigação, incluindo os financeiros. A estes estudiosos nós associamos Gergen (1985, 1994) que reitera uma visão de construção social do conhecimento, e Cooperrider e Whitney (2005), que aprofundam o valor da linguagem apreciativa. Do seio de outras ciências sociais e humanas, como a sociologia ou a economia, e no cruzar com a fronteira da psicologia, também se têm levantado cada vez mais vozes em defesa dos critérios de qualidade

de uma ciência que precisa respeitar valores como a igualdade social ou a confiança, ou dedicar-se explicitamente aos problemas sociais mais dramáticos (pobreza, exclusão, abandono escolar...) tal como é visível em Wilkinson e Pickett (2010) e Layard (2005).

Mais recentemente, autores associados ao modelo da psicologia positiva têm-se também posicionado ao defender uma visão da psicologia como agente de mudança social, fazendo um convite a uma reflexão aberta e confiante sobre os valores e as crenças até agora implícitos na psicologia (CSIKSZENTMIHALYI; CSIKSZENTMIHALYI, 2006; KING, 2011).

Pesquisa actual em psicologia: a perspectiva crítica da investigação transformativa

“Uma vida está em todos os lugares, em todos os momentos que atravessa esse ou aquele sujeito vivo e que são medidos por determinados objetos vividos: uma vida imanente levando consigo os acontecimentos ou singularidades que apenas se atualizam em sujeitos e objetos”.

(DELEUZE, 2001, p. 29)

O processo de investigação suporta-se assim num conjunto de assumpções filosóficas e valorativas que são socialmente construídas pela comunidade científica. Frequentemente se adoptam escolhas metodológicas ou tópicos de investigação sem atender ou ter explicitamente em conta os valores e visões do mundo do(s), investigador(es) envolvidos assumindo, ou que eles são comuns e indiscutíveis, ou que a ciência é valorativamente neutra, e portanto, os valores e as filosofias devem estar ausentes da prática científica. Mas a investigação é a edificação de processos criativos, exploratórios e sistemáticos que buscam a compreensão, explicação e construção do sentido, para gerar novos conhecimentos sobre os fenómenos (WILLIAMS; ORMOND, 2010). Implica a aplicação de inteligência crítica e julgamento independente a qualquer problema que possa ser alvo de estudo sistemático (PANKHURST, 1972, p. 2). Neste sentido, tem necessariamente subentendidos os quadros de referência de quem a aplica.

A adjectivação da investigação tem sempre feito parte da análise do que é investigar, e atribuir qualidades ou características implica, uma vez mais, tomar posição. Caracterizações da ciência psicológica como “empiricamente validada”, “rigorosa”, “ética”, ou o uso de dualismos relativos à metodologia científica, como “quantitativa vs. qualitativa”, “subjectiva vs. objectiva”, ou denominações relativas aos paradigmas teóricos em que se enquadram (crítico, construtivista, pragmático...) fizeram sempre parte do processo em si, num acordo partilhado de uma linguagem comum entre os investigadores e teóricos (LOPES, 2009).

A denominação “transformativa”, como adjectivação associada à investigação, é recente, e partiu de Donna M. Mertens (2005, 2009), que após advogar um paradigma “emancipatório” na investigação e na avaliação optou por, em alternativa, usar a palavra “transformativa” para sublinhar a participação activa dos intervenientes do processo. O mesmo conceito tinha já sido aplicado por Nelson e Prillientelsky (2005), que têm vindo nos últimos anos, dentro da psicologia comunitária, a defender a importância de uma acção “transformadora” e não meramente “melhoradora/ameliorative”.

Já nos anos oitenta Martin-Baró (1986) defendia, a este propósito, que precisamos de uma psicologia da libertação e do bem-estar colectivo, que esteja menos preocupada com o seu estatuto social e

científico, e mais focalizada e atenta aos problemas efectivos, reais, palpáveis, das pessoas com necessidades. Defendia uma psicologia mais consciente das forças e virtudes, e uma forma de libertação enquanto processo histórico e colectivo.

Testemunhámos ao longo de décadas uma pesquisa em psicologia vocacionada essencialmente para responder aos interesses profissionais e até pessoais dos académicos, dos laboratórios e centros de investigação, e das entidades financiadoras dos estudos, tantas vezes abstraídas das experiências reais das pessoas e dos problemas mais prementes da sociedade, muito ao sabor das vozes dominantes. A desproporcionada percentagem de estudos feitos em psicologia com estudantes universitários, com populações de etnia branca, e de culturas ocidentais, dá-nos uma pálida ideia do enviesamento, sectarismo e discriminação face a grupos sociais ou culturais mais fragilizados ou não privilegiados, e das implicações de tão vastas conclusões sobre o funcionamento humano, baseadas essencialmente em visões de classes sociais e culturas favorecidas.

Tradicionalmente, a investigação tem feito parte de uma estrutura relacional linear, vertical, hierárquica, de larga escala, com medidas quantitativas, correlacionais ou causais, usando-se de uma linguagem científica abstracta, singular e pré-determinada, por vezes enigmática e apenas compreensível inter-pares. Colocam-se perguntas e buscam-se respostas, mas de facto o acto é monológico, não dialogante, e acontece dentro de uma matriz antecipadamente definida, em que o sentido e a utilidade para os participantes raramente são tidos em conta, e que deixa pouco espaço à participação efectiva e à co-construção de um sentido comum do processo e dos resultados.

A racionalidade e a lógica objectiva sempre foram sinónimas de rigor, conduzindo muitas vezes, por desligamento e alienação da vida e da experiência humana, a uma ciência de *rigor mortis*.

Estudamos os “sujeitos” – e que interessante é pensar na palavra, enraizada no étimo latino “subjectu”, de “súbdito”, “posto de baixo”, “escravizado”, “cativo”, “constrangido”, “dócil”, “dependente” (FERREIRA, 1986, p. 1627) – para chegar a objectos (o objecto do estudo, a realidade objectiva).

Em contrapartida, aqueles que defendem o paradigma transformador entendem a investigação como um acontecimento relacional, participativo, de partilha e diálogo, que permite assistir à criação conjunta de sentido, com pessoas envolvidas de forma activa, co-construtoras do processo, que é em si mesmo um catalisador para a mudança social. Aqui, as práticas de investigação não levam a respostas pré-determinadas nem pré-definidas (HOFFMAN, 2006; HOFFMAN; KINMAN, 2008; KINMAN, 2000, 2006), mas são auxiliares no saber para “como continuar a caminhar” (WITTGENSTEIN, 1953).

As suposições subjacentes ao paradigma transformativo de Mertens (2005, 2009) incluem:

- a. Axiologia: as considerações éticas integram o respeito pelas normas culturais de interação, devendo ser beneficiadoras dos direitos humanos e aumentar a justiça social;
- b. Ontologia: a consideração de que há múltiplas realidades que são socialmente construídas, mas que, rejeitando o relativismo cultural, há que ser explícito relativamente aos valores que definem essas realidades, sejam elas sociais, políticas, culturais, étnicas, económicas, linguísticas, de género, de deficiência..., atendendo a que a influência do privilégio define o que é ou não real;
- c. Epistemologia: a defesa de que para conhecermos as realidades necessitamos de ter uma ligação interactiva, um dinamismo relacional, e de confiança, entre quem investiga e

quem é investigado, assumindo que o conhecimento é sempre localizado, do ponto de vista social e histórico, num contexto de complexidade cultural.

- d. Metodologia: a crença de que o investigador pode escolher os métodos de investigação a usar, em todos os momentos do processo, incluindo a definição do problema e as formas de recolha de dados, mas que a referida ligação interactiva confiante entre investigador e participantes deve adequar as escolhas à referida complexidade cultural, às questões de poder, de discriminação e de opressão, sendo estes temas explicitamente abordados no decurso do processo de investigação. Mais, que nessa escolha, os métodos qualitativos e dialógicos são considerados essenciais.

Nos seus objetivos, o paradigma transformativo dá importância central às vidas e experiências na comunidade daqueles que são marginalizados, tem em conta e reflecte sobre as assimetrias nas relações de poder; interliga a investigação social à acção; utiliza a teoria transformativa como suporte estrutural (MERTENS, 2009).

Menos explícita está a relevância da experiência e da subjetividade.

Em redor da ideia de subjetividade

"Quão diferente era a imagem do Outro na época das crenças antropomórficas, a crença de que os deuses podiam assumir a forma humana e actuar como as pessoas (...). Apenas quando a divindade nesse Outro era respeitada se lhe seguiam as perguntas".

(KAPUSCINSKI, 2005, p. 10)

A ciência moderna fundamenta-se na dicotomia objectivo-subjectivo, posicionando-se, claramente e de forma predilecta, no primeiro dos dois conceitos. Ao fazê-lo, tem excluído uma parte rica da experiência humana, por ser muitas vezes entendida, pelos maiores defensores de uma ciência objectivável, que a subjectividade está repleta de enviesamentos e é pouco adequada ao conhecimento científico (FIGUEIREDO, 2003). No entanto, defender o estudo da subjectividade não implica defender-se a natureza subjectiva e irreduzível do fenómeno psicológico, nem perder a exigência intrínseca à ciência. Mas relembra que a ciência humana não é coincidente com a ciência dos factos materiais.

Csikszentmihalyi (1988) defende que a atenção, a *awarness*, e a memória são os subsistemas funcionais da consciência, cujas ações formam o conteúdo mesmo da consciência, que depois constitui a experiência subjectiva. Os conceitos de experiência e de subjectividade têm assim uma relação, que não é facilmente explicável nem linear do ponto de vista teórico, mas que é coordenada e coesa do ponto de vista da pessoa. Se caminarmos com Popper (INGHILLERI, 1999), no desenrolar das suas ideias sobre os três mundos (o Mundo 1 dos objectos e estados físicos, o Mundo 2 dos estados da consciência e do conhecimento subjectivo, e o Mundo 3 do conhecimento no sentido objectivo) percebemos como estes dois últimos podem ter estado separados e pouco conectados: que para desenvolver os sistemas teóricos, entabular resposta aos problemas científicos, e criar argumentos críticos, nos tenhamos distanciado da subjectividade, em que a experiência da percepção, das emoções, dos sonhos, da imaginação criativa, entre outras, se revelam.

Já William James (1981 [1890], p. 402) referia que “a minha experiência é aquilo a que concordo em prestar atenção. Só aquelas coisas em que eu reparo moldam a minha mente – sem interesse selectivo, a experiência é um caos.”

O self evolui através da experiência e permite aos contextos exteriores mudar (INGHILLERI, 1999), aquilo a que George Herbert Mead chamou “a criatividade social do self emergente”. A nossa proposta é que a própria experiência de investigação – que liga o Mundo 3 ao Mundo 2 – seja cada vez mais clara, determinada, pressupondo que o Mundo 2 implica mudanças continuadas, enquanto preserva a sua unidade (INGHILLERI, 1999). É no sentido evolutivo do self e da sua experiência subjectiva que enquadrámos a utilidade de uma investigação que se reconheça como um processo social em si mesmo, e que interfere com a experiência subjectiva das pessoas, mais do que se considerar um input neutro e inconsequente.

É porque acreditamos que é sempre consequente, e que pode ser um processo organizador ou desorganizador, de novo no sentido de Mead (1934), que nos interessa defender o seu potencial valor otimizador de evolução do self. É também no processo atencional que se enquadra o conceito de flow, definido como uma experiência óptima, na qual a pessoa está francamente envolvida na experiência que vive no momento, e percebe um elevado grau de desafio, acompanhado da percepção de alto nível de competência que a fará estar à altura do repto (CSIKSZENTMIHALYI, 1991, 1997).

Particularidades dos estudos em psicologia positiva

“A nossa ciência não é conhecimento... Não consegue obter, nem a verdade, nem a probabilidade”.

(POPPER, 1966, p.228)

No passado recente, a maior parte da investigação em psicologia, centrando-se ou não em minorias étnicas, raciais, de género, etárias, ou outras, era oriunda de uma perspectiva de défice que localizava os problemas no indivíduo, e se focalizava nas razões negativas que o levavam a não atingir objectivos sociais, ou a não desempenhar certo tipo de actividades da forma considerada mais adaptativa. Mais recentemente, no entanto, muitos investigadores começaram a mudar para uma perspectiva sócio-cultural, que tem em atenção a relação dinâmica entre a pessoa e o contexto envolvente, ao longo do ciclo de vida (SEELMAN, 2000). Em simultâneo, surgiu um movimento claro no estudo das forças e dos factores contextuais facilitadores de bem-estar, adaptabilidade positiva e saúde, quer dentro da teoria da resiliência (COOPER, 1998), quer do movimento a que se decidiu chamar a psicologia positiva (SNYDER; LOPEZ, 2002; SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

Assim, a psicologia positiva já foi definida como a ciência e aplicações relacionadas com o estudo das forças psicológicas e das emoções positivas. Iniciou-se, em parte, como uma tentativa de reintroduzir e repensar o que é ser humano, ao focar a atenção em ideias e comportamentos que foram considerados desejáveis, positivos e válidos na maioria das culturas e comunidades humanas ao longo da história (CSIKSZENTMIHALYI, 2011). Com antecedentes na filosofia e nos movimentos humanistas, investigar e promover as condições que ajudam as pessoas a levarem vidas satisfatórias e com sentido, sendo há décadas o alvo do empenhamento dedicado, mas isolado e não coordenado, de alguns psicólogos, tornou-se assim, na última década, parte de um domínio organizado, rigoroso e claro que permitiu, debaixo desta denominação, a “legitimação” do que se vem fazendo (BISWAS-DIENER; LINLEY; GOVINDJI; WOOLSTON, 2011). Em consequência, a psicologia positiva transformou-se num movimento dinâmico e entusiasmante para um grupo progressivamente crescente e internacional de psicólogos que, ultrapassando o poder carismático dos seus líderes, decidiram escolher como horizonte do seu trabalho o estudo científico do

funcionamento humano positivo e do que faz a vida realmente merecer ser vivida, e a exploração do lado solar e feliz da existência humana, quer individual, quer colectiva (SELIGMAN, 2002).

O investimento na investigação de conceitos e processos como a gratidão, a esperança, o sentido de humor, o fluir, a honestidade, a justiça, a generosidade, o crescimento pós-traumático, a curiosidade, e tantas outras forças caracteriais e virtudes (PETERSON; SELIGMAN, 2004) e as suas ligações com a felicidade e o bem-estar, impulsionou um domínio que cresceu exponencialmente em dez anos e, apesar das naturais e saudáveis resistências e críticas, parece hoje imparável e exuberante (DONALDSON, 2011). O crescimento é tal que uma busca recente no PsycInfo mostra que na última década foram publicados mais estudos com a palavra-chave “felicidade/happiness” (1.358) do que no período anterior de um século (1.095 publicações entre 1900 e 1999) (BISWAS-DIENER; LINLEY; GOVINDJI; WOOLSTON, 2011).

O valor e o poder deste movimento têm também implicações no tipo, extensão, relevância social e riqueza das questões colocadas pela ciência psicológica. Recentemente, Mihaly Csikszentmihalyi (2011), um dos mais influentes, cultos e inspiradores psicólogos positivos, lançou três questões que a psicologia positiva pode vir a considerar responder neste tempo presente, que agora cria o futuro:

1. Como podemos aprender a viver vidas mais felizes e com mais significado?;
2. Em que direção deveremos ajudar a evolução a encaminhar-se?; e
3. Como podemos atingir uma harmonia sustentável e uma sustentabilidade harmoniosa no planeta? Estas e outras questões que subjazem ao movimento da psicologia positiva, e o encontrar crescente de algumas respostas, têm levado a que alguns autores o considerem ideologicamente marcado e reflectindo valores prescritivos. Seligman (2002) tem argumentado o oposto: que a ciência deve ser descritiva e não prescritiva, e que não é função da psicologia positiva dizer às pessoas que devem ser optimistas, espirituais, bem-humoradas ou generosas, mas sim descrever os factores que estão associados às que o são.

Uma das críticas associadas à psicologia positiva – exactamente porque introduz nesta disciplina científica, e de forma aberta, a discussão sobre valores – é a da possível perda de objectividade científica (SHELDON, 2011), pressuposto da neutralidade da ciência, ainda que discutível em si mesmo, não deixa de ser uma das mais relevantes intenções da psicologia na sua constante e histórica determinação em se aproximar das ciências exactas. O advento da psicologia positiva veio desafiar esta segurança nas escolhas metodológicas, ao convidar a pensar e a negociar sentidos comuns sobre o que é bom (e mau) para os seres humanos (CSIKSZENTMIHALYI, 2011). Sem esta discussão aberta, sem diálogo sobre estes temas, como saberemos de que forma melhorar as condições emocionais, relacionais, educacionais, profissionais, de saúde, e como poderá a psicologia promover uma imagem esperançada da humanidade? Assumindo que a psicologia não pode ser neutra acerca das consequências da acção humana, que dizer da própria acção investigadora em psicologia? Estará ela alinhada com o que pretende estudar, e com as perspectivas teóricas e metodológicas tradicionais?

Estamos em crer que a busca de explicações não reducionistas, e o uso reflectido, alargado e criativo dos conhecimentos e técnicas já desenvolvidos pela psicologia, poderão implicar que as próprias metodologias de investigação se repensem, adequando-se mais ao foco de estudo e aos valores que assume.

Em nosso entender, a investigação científica deve ser compreendida e encarada como um bem relacional, e por isso um bem colectivo bilateral, que imprima riqueza e valor nos dois grupos humanos envolvidos e tantas vezes longínquos cultural e socialmente: os que investigam e os que são investigados.

A investigação transformativa e apreciativa sobre os fenómenos humanos positivos

“O que nos mata é solidão povoada”.

(SENA, 1969, p. 69-70)

O processo de investigação que propomos integra os seguintes pressupostos:

1. questionar é em si mesmo intervir;
2. a investigação deve suportar-se na obrigação moral de melhorar a vida das pessoas, transformando a realidade social e não apenas descrevendo-a;
3. a realidade construída colectivamente é tanto ou mais relevante que a perspectiva individual, e é mais do que a soma de múltiplas visões pessoais;
4. a objectividade é uma construção social, tendo em si sempre algum grau de subjectividade;
5. existe sempre algum tipo de valoração nas escolhas associadas à investigação, não fazendo sentido defender-se a neutralidade da ciência;
6. a própria investigação deve cuidar eticamente dos seus impactos, e pode ter como produto levar ao reconhecimento individual e colectivo dos recursos, das forças e das virtudes e
7. a investigação pode ser um processo aberto e dinâmico, implicando a co-construção dos resultados, e formatos de reciprocidade, em alternativa a uma visão “fechada” e imutável das realidades que se vão conhecendo.

Assim, posiciona-se defendendo uma compreensão humanizada e científica da realidade das pessoas e das comunidades que permita olhares renovados, inovadores e co-construídos, atentos e sensíveis à presente complexidade cultural, social e económica, potenciando leituras esperanças sobre o fenómeno e as pessoas ou grupos em estudo, promovendo valores de mudança social e de direitos humanos, e assim assumindo a responsabilidade de melhorar a humanidade solução a solução, grupo a grupo, estudo a estudo, nomeadamente contribuindo, com a própria investigação, para o aumento da felicidade e dos níveis de bem-estar.

Este objectivo é cumprido partindo de métodos de inquérito positivo e de pesquisa apreciativa, em busca daquilo que funciona e das soluções experimentadas num determinado contexto, atendendo a processos relacionados com o poder e que se cruzam nas escolhas e valores presentes no tecido da investigação, investindo na democracia participativa e nas vozes de pessoas e comunidades marginalizadas, e no respeito pela experiência fenomenológica de todos os participantes nos estudos, incluindo o próprio investigador.

Assim, o modelo suporta-se em valores comunitários e de justiça social, com especial atenção aos da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), mas incorpora neles o “novo” valor da felicidade, através de um foco metodológico nas forças humanas, mesmo perante as dificuldades e

injustiças, e defendendo uma perspectiva ontológica, epistemológica e axiológica (BAWDEN, 2006) esperançada sobre a humanidade e o futuro, ao usar modelos que a suportem.

Pretende decididamente também incorporar a subjectividade das perspectivas de todos os envolvidos, a sua linguagem e códigos culturais, reciprocando de alguma forma os dados sobre a realidade em estudo, e envolvendo metodologias dialógicas entre os vários elementos e sistemas que interagem num contexto social e comunitário particular, naturalmente mantendo o rigor científico, mas também reflectindo sobre o que significa, neste paradigma, o próprio rigor.

Como vimos, a psicologia positiva tem introduzido um interessante conjunto de questões, novos focos de estudo e um convite a repensar a ciência psicológica em termos dos valores que advoga. Com base nessas questões e temáticas, e na sua integração com o modelo aqui defendido, temos realizado investigação-acção em Psicologia Positiva Transformativa e Apreciativa, em domínios comunitários, de saúde, terapia e educação, que honram e concretizam esta visão (PERLOIRO; NETO; MARUJO, 2010; MARUJO; NETO, 2008; MARUJO; NETO, 2010).

Em todos eles o foco está no processo de investigação, nos factores e na hermenêutica envolvida, bem como em quanto a investigação em si impulsionou, inspirou e empoderou os participantes e as respectivas comunidades através dos diálogos e da partilha suportadas em entrevistas apreciativas e em conversas inovadoras, que transcendem a fusão das compreensões individuais, criando conversações práticas emancipadoras, aumentando as consciências, sobre as condições psicológicas e sociais de humanidade, ao mesmo tempo que se investiga.

Esta mudança teórica e valorativa levou a que as questões de investigação mudassem, e se centrassem no melhor da experiência humana. São exemplo disso os recentes estudos de Szarkowki (2002) com pais de crianças surdas, perguntando “Quais são os aspectos positivos de ser pai/mãe de uma criança com deficiência auditiva?”, ou o trabalho de Williamson, publicado nesse mesmo ano de 2002, também estudando a população com surdez, e que perguntou: “Quais são as variáveis que contribuem para uma transição bem sucedida do liceu para a universidade, de alunos Afro-americanos portadores de deficiência auditiva?”

Há já uma década que nos dedicamos a investigações que perguntam “O que descobriu de melhor de si após a experiência de cancro da mama?”; “Como conseguiste não engravidar num contexto em que a maioria das adolescentes da tua idade o fizeram?”; “Em que altura da vossa vida se sentiram mais orgulhosos/as na forma como lidaram com a difícil experiência de pobreza em que têm vivido?” “Quando se sentiu mais próximo de alguma solução?” (MARUJO; NETO, 2007, 2008, 2010, 2011).

Aqui se revela o poder da linguagem, ao verificar que a mudança de paradigma se acompanha por uma transformação nas questões e na gramática. No reconhecimento desse valor e relevância, os processos de investigação aqui propostos, a que chamámos tranformativo-apreciativos, envolvem

- a. métodos qualitativos que dêem voz activa a todos os participantes e optimizem o empoderamento, emancipação, autonomização e auto-determinação através do próprio processo de pesquisa;
- b. questionamentos e entrevistas apreciativas e positivas, orientadas para a exploração das virtudes e forças dos sistemas em estudo, e para promoção de experiências emocionais positivas e de *flow* com a própria investigação;
- c. diálogos e processos de comunhão da palavra, das ideias, das emoções, dos valores, que sejam participativos, sistémicos, pró-activos, e explícitos, e envolvam as pessoas dos vários sistemas em jogo;

- d. as três dimensões temporais (passado, presente, futuro);
- e. diferentes linguagens (poesia, fotografia, desenho...) complementares aos métodos verbais de recolha de dados (renomeados “construção dos dados experienciais”), e implicando estratégias de acesso à realidade a compreender que abranjam ambos os hemisférios cerebrais;
- f. a co-construção de sentido comum, partindo das perspectivas subjectivas e das emoções dos investigadores e dos participantes durante todas as fases do estudo;
- g. dinamismo no processo de investigação, com retorno aos participantes após a análise de dados, e um sentido de continuidade;
- h. sensibilidade cultural e social, atendendo às especificidades dos grupos e contextos envolvidos; e
- i. crítica, reflexiva, positiva, aumentando o conhecimento dos participantes sobre (o melhor de) si e da sua realidade, de forma a promover processos de empoderamento, de justiça social e respeito pelos direitos humanos, e de consciência das forças e recursos.

A proposta defende, também, que é através de descrições meticolosas, de uma abordagem dialética e da exigência em todas as etapas do processo de investigação que podemos ter dele implicações úteis e construtivas, não só para a comunidade académica, como para a comunidade de participantes envolvida.

Tal como Paulo Freire descrevia (1970), a dialética da investigação é a prática, considerando que uma investigação científica que não é vocacionada a transformar arrisca-se a ser um exercício de futilidade. Gostaríamos humildemente de juntar a esta ideia que um processo de investigação centrado nos problemas e necessidades, apenas centrado nos indivíduos, e suportado unicamente em questionamentos quase sempre pré-determinados e quantificáveis, arrisca-se, na busca da objectividade, a ser contraproducente – fazendo crescer a atenção sobre o que não está bem nas vidas das pessoas e das sociedades, sem com elas visionar ou construir soluções; a reforçar o isolamento dos indivíduos face às suas relações, história, contextos, e destinos colectivos; e a convidar ou manter a passividade individual, e a distância face à ciência e aos seus mecanismos, em prol de uma sofisticação intelectual que nos afasta do real.

Poderá a própria investigação ajudar a cultivar uma comunidade de críticos construtivos? Não deverá ter uma palavra mais sonora e clara sobre assuntos como dominação, abuso, ganância, mas fazendo-o de forma a esquadrihar os seus contrapontos, nomeadamente percebendo e ampliando o que faz mover e enraizar a solidariedade, a fraternidade, a justiça, a cooperação, a liberdade, a igualdade?

A opção por uma investigação suportada em “fotografias de acontecimentos ocorridos naturalmente em momentos pontuais limitados (e muitas vezes únicos) e baseada em medidas de associação” (DONALDSON, 2011) não chega para estudar fenómenos como a felicidade ou a igualdade, em especial quando se pretende compreender as dinâmicas que possam levar a mudanças sociais positivas. Como dizia Kurt Lewin, quando pretendemos modificar o comportamento ou a experiência humana, precisamos de uma muito mais profunda compreensão. E para compreender em profundidade e, mais do que isso, promover condições de transformação, estamos em crer que precisamos de aceder à experiência subjectiva, aos actos de fala, ao resultado da experiência verdadeiramente dialogante.

Conclusões

Com o objectivo de ter uma psicologia socialmente interventora, com um poder construtivamente transformador na sociedade actual, que alimente e fomente as esperanças quanto à construção de uma sociedade onde os caminhos de bem-estar sejam mais bem clarificados pela ciência, acreditamos ser o momento de (re)pensar o paradigma de investigação em psicologia. Como consequência das escolhas historicamente feitas pelos investigadores, em particular a sua própria deriva individualista, psicométrica e positivista, perdeu-se de alguma forma a especificidade e o sentido, a razão última do que é, e para que é, investigar.

Usar a investigação e os procedimentos de avaliação para desenvolver, guiar, e melhorar esforços de mudança planeados (DONALDSON, 2011) não tem que estar apenas ligado às intervenções práticas, considerando estas um processo que precisa ser investigado, mas que não é coincidente com a investigação.

O que aqui propusemos foi exactamente que investigar seja em si mesmo melhorar. Tal implica abrir um canal de discussão intenso e explícito sobre os propósitos, fundamentos, clareza metodológica e valorativa do que hoje se faz na investigação em psicologia, em especial aproveitando o balanço da psicologia positiva e da sua próspera imagem sobre o que significa ser humano (CSIKSZENTMIHALYI, 2011). Assumindo, em concordância com este autor, que somos responsáveis pelas nossas vidas, não seremos também altamente responsáveis pela forma como investigamos, e pelas vidas de quem investigamos, auxiliando na construção de existências mais felizes e com mais sentido? E também de acordo com este autor, se somos quem molda o nosso futuro, não devemos atender ao rumo evolutivo que a investigação nos impõe, assegurando que não caminhamos à deriva, mas como tecelões das nossas existências? Esta questão aponta-nos para o último desafio lançado por Csikszentmihalyi, sobre as questões da psicologia positiva para o futuro, e que se debruça sobre como conseguiremos atingir uma harmonia sustentável no planeta. Aqui, é nossa invecção que a investigação, ao poder aumentar ou fragilizar harmonias, manter o *status quo* ou estimular inconformismos reflexivos de quem envolve, tem uma responsabilidade acrescida na imagem emergente da humanidade e, mais do que apenas na imagem, nas práticas de vida em relação.

A consciência humana é um novo fenómeno (CSIKSZENTMIHALYI, 2011) que impede reducionismos e neutralidades sobre as consequências da acção humana. Abrir horizontes sobre a investigação pode ajudar a essa consciência alargada e perene de complexidades, e a decidir com determinação e coragem que valores defender ao investigar, qual a “bondade da pergunta humana”. Assim se responderá também a algumas das vozes mais histrionicamente críticas à psicologia positiva, afirmando que ela pode servir os valores corporativos e ser uma cortina de fumo para esconder as injustiças e abusos (DONALDSON, 2011), pois é exactamente através dela que os mais fragilizados, mais injustiçados, com menos poder, e que vivem vidas reais e potencial ou objectivamente negativas, tomarão consciência das suas forças, recursos e potencialidades para lutar por vidas mais dignas e mais satisfatórias.

Desejamos que as pesquisas realizadas neste século não subjazam a meros movimentos doutrinários ou ideológicos, por isso discutíveis, mas que vão para além deles, e espelhem a diversidade de uma sociedade plural, transformando a investigação numa página gloriosa da história da emancipação humana, mesmo quando através dela se olha para a grandeza mundana.

Sobre o artigo

Recebido: 05/11/2011

Aceito: 11/11/2011

Referências bibliográficas

BAWDEN, R. A Systemic evaluation of an agricultural development: A focus on the worldview challenge. In: WILLIAMS, B.; HIMAN, I. (orgs.). **Systems concepts in evaluation**. Point Reys, CA: Edge Press of Inverness, 2006, p. 35-46.

BISWAS-DIENER, R.; LINLEY, P. A.; GOVINDJI, R.; WOOLSTON, L. Positive Psychology as a force for social change. In: SHELDON, K. M.; KASHDAN, T. B.; STEGER, M. F. (orgs.). **Designing Positive Psychology: Taking stock and moving forward**. New York: Oxford University Press, 2011, p.410-418.

BRUNI, L. **A ferida do Outro: economia e relações humanas**. Abrigada: Editora Cidade Nova, 2010.

COOPER, H. M. **Synthesizing Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Appreciative inquiry: A positive revolution in change**. San Francisco, CA: Berrett-Koehler Publishers, Inc, 2005.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Flow: The psychology of optimal experience**. New York: HarperCollins, 1991.

_____. **Living Well. The Psychology of everyday life**. London: Weinfeld & Nicolson, 1997.

_____. Positive Psychology and a Positive World-View: New Hope for the Future of Humankind. In: DONALDSON, S.I.; CSIKSZENTMIHALYI, M.; NAKAMURA, J. (orgs.). **Applied Positive Psychology: Improving Everyday Life, Health, Schools, Work, and Society**. London: Routledge Academic, 2011, p. 124-130.

CSIKSZENTMIHALYI, M.; CSIKSZENTMIHALYI, I. S. (orgs.). **A life worth living: contributions to positive psychology**. New York: Oxford University Press, 2006.

DELEUZE, G. **Pure imanence**. N. York: Zone Books, 2001.

DONALDSON, S.I. What works, if anything, in applied positive psychology. In: DONALDSON, S.I.; CSIKSZENTMIHALYI, M.; NAKAMURA, J. (orgs.). **Applied Positive Psychology: Improving Everyday Life, Health, Schools, Work, and Society**. London: Routledge Academic, 2011, p. 131-137.

FERREIRA, A. B. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREDRICKSON, B.L. The role of positive emotions in positive psychology: The broaden and build theory of positive emotions. **American Psychologist**, Washington, 56, p. 218-226, 2001.

_____. The broaden-and-build theory of positive emotions. In: Csikszentmihalyi, M.; Csikszentmihalyi, I. S. (orgs.). **A life worth living**.

Contributions to positive psychology. Oxford: Oxford University Press, p. 85-103, 2006.

_____. **Positivity: Groundbreaking research reveals how to embrace the hidden strength of positive emotions, overcome negativity, and thrive.** New York: Crown, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

GERGEN, K. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. **American Psychologist**, Washington, 40, p. 266-275, 1985.

_____. **Reality and Relationships: Soundings in Social Construction.** Cambridge, MA: Harvard UP, 1994.

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (orgs.). **Sage handbook of qualitative research** (Chap. 8). Thousand Oaks, CA: Sage, 2005, p. 191-215.

HOFFMAN, L. Forward: The rhizome connection. In: KINMAN, C. J. **Confluences: politics of the gift in an institutional world. A call for an awakening in Human Service Practice.** Abbotsford, Canada: RhizomeWorks, Kinman & Associates, 2006, p. 5-10.

HOFFMAN, L.; KINMAN, C. **From system to rhizome: a change in the "creation concept"**. 2008.

Disponível em:

<<http://christopherkinman.blogspot.com/2008/07/from-system-to-rhizome-change-in.html>>.

Acesso em: 3 jan. 2009.

INGHILLERI, P. **From subjective experience to cultural change.** New York: Cambridge University Press, 1999.

JAMES, W. **The Principles of Psychology** (1890). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

SENA, J. **Peregrinatio ad Loca Infecta. Poesia III** (1969). Lisboa: Edições 70, 1989.

KAPUSCINSKI, R. Encountering the Other: The Challenge for the 21st Century. **New Perspectives Quarterly**, California, v. 22, n.4, p. 6-13, 2005.

KING, L. Are we there yet? What happened on the way to the demise of positive psychology. In: SHELDON, K. M.; KASHDAN, T. B. ; STEGER, M. F. (orgs.). **Designing Positive Psychology: Taking stock and moving forward.** New York: Oxford University Press, 2011, p.439-446.

KINMAN, C. J. **A language of gifts: a workbook/reader to accompany the honouring community experience.** Vancouver, Canada: Rock the Boat Ventures in the Art of Collaborative Performances, 2000.

_____. **Confluences: politics of the gift in an institutional world. A call for an awakening in Human Service Practice.** Abbotsford, Canada: Rhizome Works, Kinman & Associates, 2006.

LAYARD, R. **Happiness: Lessons from a new science.** London. Penguin Books, 2005.

LOPES, C. E. O projeto de psicologia científica de Edward Tolman. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 237-250, 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una pedagogía de la liberación. **Boletín de Psicología**, UCA, v. 22, p.219-31, 1986.

MARUJO, H.; NETO, L. M. **Álbuns de Família: De Viva Voz. Manual de Possibilidades para construção do futuro.** Ponta Delgada, Açores: Instituto de Acção Social, 2007.

_____. Programa VIP: hacia una Psicología Positiva aplicada. In: VÁZQUEZ, C.; HERVÁS, G. (orgs.). **Psicología Positiva Aplicada.** Bilbao: Desclée de Brower, 2008, p.312-336.

_____. Psicologia Comunitária Positiva: Um exemplo de integração paradigmática com populações de pobreza. **Análise Psicológica**, Portugal, n. 3, s. XXVIII, p, 517-525, 2010.

_____. M. Psicologia Comunitária Positiva: Linguagem transformacional e mudança colectiva. In: LOPES, M. P.; DA PALMA, P. J.; RIBEIRO, R. B. ; PINA E CUNHA, M. (orgs.). **Psicologia Aplicada.** Lisboa: Editora RH, 2011, p. 363-381.

MARUJO, H.; NETO, L. M.; CAETANO, A.; RIVERO, C. Revolução Positiva: Psicologia Positiva e Práticas Apreciativas em contextos organizacionais. **Comportamento Organizacional e Gestão**, Portugal, v. 13, n. 1, 2007, p. 115-136.

MEAD, G. H. **Mind, self and Society.** Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MERTENS, D. M. **Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity.** Thousand Oaks: CA: Sage, 1998.

_____. **Research and Evaluation in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods** (2nd ed). Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

_____. **Research and evaluation in education and psychology.** New York: The Guilford Press, 2009.

NELSON, G.; PRILLELTENSSKY, I. **Community Psychology: In pursuit of liberation and well-being.** New York: Palgrave MacMillan, 2005.

NETO, L. M.; MARUJO, H. Psicologia Positiva. In: LOPES, M. P.; DA PALMA, P. J.; RIBEIRO, R. B. ; PINA E CUNHA, M. (orgs.). **Psicologia Aplicada.** Lisboa: Editora RH, p. 431-450, 2011.

PANKHURST, M. H. (Ed.). **Science is human: Essays by H. N. Parton.** Dunedin:University of Otago Press, 1972.

PERLOIRO, F.; NETO, L. M.; MARUJO, H. We Will Be Laughing Again: Restoring Relationships With Positive Couples Therapy In: BURNS, G. W. (org.). **Happiness, Healing, Enhancement: Your Casebook Collection For Applying Positive Psychology in Therapy.** Wiley & Sons, 2010, p. 15-28.

PETERSON, C.; SELIGMAN, M. **Character strengths and virtues: A handbook and classification.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

POPPER, K.R. **Logic der Forschung.** Tubiengen: Unbekannter Verlag, 1966.

REED, J. **Appreciative Inquiry: Research for Change.** Thousand Oaks, London: Sage Publications, 2007.

SEELMAN, K. D. **The new paradigm on disability: Research issues and approaches.** Washington, DC: National Institute for Disability and Rehabilitative Research, 2000.

SELIGMAN, M. E. **Authentic Happiness: Using the New Positive Psychology to Realize Your Potential for Lasting Fulfillment.** Philadelphia: Free Press, 2002.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive Psychology: An introduction. **American Psychologist**, Washington, v. 5, n. 1, p. 5-14, 2000.

SHELDON, K. M. What's positive about positive psychology? Reducing value-bias and enhancing integration within the field. In: SHELDON, K. M.; KASHDAN, T. B. ; STEGER, M. F. (orgs.). **Designing Positive Psychology: Taking stock and moving forward**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 421-429.

SMITH, L. T. On tricky ground: researching the native in the age of uncertainty. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (orgs.). **Sage handbook of qualitative research** Thousand Oaks, CA: Sage, 2005, p. 85-108.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. **Handbook of Positive Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SZARKOWSKI, A. **Positive aspects of parenting a deaf child**. Doctoral dissertation, Gallauder University, Washington, DC, 2002.

TOLMAN, C.W. **Psychology, Society, and Subjectivity: An Introduction to German Critical Psychology**. London: Routledge, 1994.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. **The Spirit Level: Why greater equality makes society stronger**. London: Penguin Books, 2010.

WILLIAMS, L. R. T.; ORMOND, A. What is research? **MAI Review**, 3, Research Development Workshop 1, p. 1-6, 2010.

Disponível em:

<<http://www.review.mai.ac.nz/index.php/TK/article/view/415/564>>.

Acesso em: 23 ago. 2011.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1953.